

O JOVEM NO BRASIL: ORIENTAÇÕES DA UNESCO PARA AS POLÍTICAS DE JUVENTUDE

Thaís Godoi de Souza

RESUMO

Este trabalho objetivou apresentar a discussão sobre a situação do jovem no Brasil, em especial a partir dos anos 2000, a fim de identificar a influência da Unesco na criação de políticas de juventude nesse período. Para tal, utilizamos autores como Nazzari (2006; 2010), Unesco (1998; 2006), Baquero e Hammes (2006), Castro e Abramovay (2002). Constatou-se que a produção literária de políticas sobre jovens no Brasil elevou-se com a repercussão de publicações da Unesco para esse grupo. Essa ação ocorreu devido aos acordos firmados nas assembleias, conferências, fóruns, encontros e reuniões de cúpula da ONU e da Unesco, espaços estes que elaboram uma agenda de prioridades e estratégias políticas aos países em desenvolvimento e aos centrais, articulações políticas e econômicas de interesses multilaterais.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Políticas. Unesco. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil temos aproximadamente 204.450.649 habitantes, segundo estimativas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de julho de 2015. E dessa população, mais de 51 milhões são jovens. Foi em 2010 que o termo jovem foi inserido na Constituição Federal (BRASIL, 2010). Mas o que significa juventude? Juventude, na acepção de Pais (1990), é uma categoria social, manipulável. É apresentada à sociedade como um grupo homogêneo, assumindo a representação do senso comum que predomina e passa a ser dada como realidade. A juventude é vista do ponto de vista sociológico, corroborando o mesmo autor, por duas correntes: uma geracional, que entende o grupo social por sujeitos de uma mesma faixa etária; e outra classista, em que os jovens são vistos por possuir diferentes culturas.

Há controvérsias sobre a gênese da juventude; autores alegam que essa como idade de vida sempre existiu, e para outros é um conceito construído e produto histórico da modernidade. A juventude aristocrática é a primeira a adquirir visibilidade social com a publicação de obras destinadas à sua educação. A visibilidade social é elemento principal na construção da definição da juventude moderna. Quando se fala em jovem, temos duas representações: força motriz para mudança social e jovens problemáticos/protagonistas de problemas.

É no século XIX que nasce a juventude moderna, bem como a ideia do jovem operário como ameaça à ordem estabelecida, propagada pela burguesia e setores da igreja. A ideia de preparação para a vida adulta se inicia com a juventude burguesa, daí deriva a importância e a frequência dos estudos e a criação de escolas para as massas. Nesse processo, surge a educação como redentora para solução dos problemas da “*juventude perigosa*”. Outra concepção do século XIX é a juventude em perigo, vítima do processo de modernização. Segundo Alves (2008), a juventude e os problemas sociais passam a ser expressões indissociáveis e a integrar os discursos políticos, científicos e o senso comum. Para Alves (2008), existem vários “*tipos*” de jovens, apelidados de militantes, utópicos, mas a imagem que prevalece é o *jovem problema*.

Compartilhamos da definição de juventude de Alves (2008), a qual declara ser um produto da modernidade, quer concebida como fase da vida, quer como experiência juvenil.

A juventude moderna, quer concebida como fase da vida, quer como experiência juvenil, é um produto da modernidade. Da modernidade que trouxe consigo a escola de massas e a consequente escolaridade obrigatória, a institucionalização de um tempo específico para aprender e a criação de um espaço propício à participação num grupo de pares, ao desenvolvimento de sociabilidades e a identificação com as culturas juvenis; da modernidade que assistiu à crescente intervenção do Estado-Nação na regulação da sociedade e a construção da juventude como categoria social, alvo de medidas públicas específicas; da modernidade que provocou profundas mudanças sociais e fez nascer um conjunto de problemas que, ao ser associado a uma população jovem, contribui para que esta tenha começado a ser objeto de consciência social (ALVES, 2008, p. 24).

Os documentos produzidos por órgãos do governo federal brasileiro para as políticas sociais de juventude utilizam o corte etário de 15 a 29 anos, apesar de discutirem que a juventude não é determinada pela idade. Já a ONU adota a faixa etária de 15 a 24 anos para a discussão de juventude.

Para apresentar a discussão sobre a situação do jovem no Brasil, em especial a partir dos anos 2000 e identificar a influência da Unesco na criação de políticas de juventude nesse período, estruturou-se o texto em dois momentos principais. No primeiro, relatou-se a situação do jovem no Brasil, em relação à estatística populacional e questão empregatícia. No segundo e, último momento, abordou-se a construção das políticas de juventude no Brasil.

2 JOVEM NO BRASIL

Os temas associados aos jovens na literatura relacionam-se à inserção profissional, lazer, discriminação, violência, educação, escola, drogas, família, crime, empoderamento e vulnerabilidade (SPOSITO, 2009). A violência é citada em todos os trabalhos referentes à juventude, o que a torna uma categoria central para os estudos do grupo social em questão. Autores diversos como Nazzari (2006; 2010), Unesco (1998; 2006), Baquero e Hammes (2006), Castro e Abramovay (2002a) apontam que para o combate e a prevenção da violência, a educação e as políticas públicas seriam fontes transformadoras desse quadro social.

Diante dos argumentos da literatura, buscou-se dados para averiguar a situação dos jovens no Brasil a partir dos anos 2000. Estes representavam 34 milhões da população de 15 a 24 anos¹ no censo de 2000, ou seja, 20,1% do total da população (IBGE, 2000). Em 2008, esse número elevou para 34,6 milhões, representando 18,3%. Os coordenadores do setor de ciências humanas e sociais² da representação da Unesco/Brasil efetuaram pesquisas em que revelaram que os jovens eram um dos grupos mais vulneráveis do país devido à baixa escolaridade, à evasão escolar e à elevada taxa de homicídios.

O DIEESE (2011) listou as dez principais ocupações de jovens de 16 a 29 anos que trabalham e estudam em porcentagem: escriturários, 15,9%; trabalhadores de serviços, 14,8%; vendedores e prestadores de serviços do comércio, 12,9%; trabalhadores na exploração agropecuária, 10,7%; trabalhadores de atendimento público, 6,3%; trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil, 3,7%; técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins, 2,8%; profissionais do ensino (com formação de nível superior), 2,7%; profissionais leigos e de nível médio 2,7%; técnicos de nível médio nas ciências administrativas, 2,6%.

Em 2002, o Brasil ocupou a 5ª posição no cenário internacional de homicídios na população jovem, com maior taxa no sexo masculino (93%) nos espaços urbanos das grandes cidades (WAISELFISZ, 2004). Nos estudos sobre juventude de Nazzari (2010), Baquero e Hammes (2006), Castro e Abramovay (2002b), Sposito e Carrano (2003), observamos que os jovens são assistidos por políticas sociais destinadas a outras faixas etárias.

As críticas desses autores se voltam aos programas governamentais que tentam minimizar a ameaça que o jovem representa à sociedade, bem como as políticas públicas existentes, as quais não incluem as temáticas e problemas que envolvem esse grupo e não os

¹ Apesar de o Governo Federal considerar a juventude na faixa etária de 15 a 29 anos, o IBGE utiliza o corte etário de 15 a 24 anos em suas estatísticas.

² Marlova Jovchelovitch Noleto, coordenadora do setor de ciências sociais e humanas, Paolo Fontani, coordenador do setor de educação e Jurema Machado coordenadora do setor de cultura. Desde 1997, a Unesco vem produzindo materiais sobre a juventude; publicou mais de 20 pesquisas (WERTHEIN, 2003).

considera nesse processo. As políticas, que na verdade se instalam na forma de programas, se voltam a práticas paliativas para o combate aos problemas sociais que envolvem os jovens na busca de controle e ocupação do tempo livre, com atividades esportivas, culturais e de trabalho. Esses tipos de atividades destinam-se aos jovens protagonistas de violência no intento de ocupar o tempo livre desses sujeitos nos finais de semana, já que as estatísticas da Unesco dão conta de que os índices de violência aumentam nos fins de semana no período noturno das grandes cidades.

Vocábulos como a arte, a cultura, o esporte e o lazer estão expressos no cotidiano da mídia, da sociedade civil e de representantes políticos, os quais afirmam que esses elementos contribuem para o não envolvimento com o crime e as drogas e asseguram um melhor rendimento escolar. Esse discurso perpassa o entendimento de lazer, de cultura e de educação física como forma de controle social, já utilizado na década de 1960 no Brasil para manter os jovens das universidades afastados dos movimentos estudantis durante a ditadura civil militar³. As práticas lúdico-esportivas foram pensadas para controlar os estudantes da época, massa significativa para protestar contra as ações governamentais.

3 POLÍTICA DE JUVENTUDE NO BRASIL

O Brasil inicia o debate juvenil com mais consistência a partir de 1990, praticamente uma década depois da Declaração do Ano Internacional da Juventude (1985), lançado pela Unesco no Congresso Mundial sobre Juventude em Barcelona. Com essa Declaração, o Brasil deu ênfase em São Paulo, em 1986, e Minas Gerais, em 1987, instituindo os primeiros conselhos estaduais de juventude. Foi na década de 1990 que ocorreram os primeiros passos para a institucionalização de políticas para esse setor no Brasil. Itamar Franco⁴ institui em 13 de julho de 1993 a *Semana Nacional do Jovem*, pela Lei nº 8.680/93. Em 1995, realiza-se no Rio de Janeiro o *I Encontro Nacional de Técnicos em Juventude*, espaço em que houve discussão e uma proposta de formular a Política Nacional de Juventude. Em 1997, criou-se a assessoria específica de juventude, vinculada ao gabinete do Ministro da Educação, em âmbito do Governo Federal, constituindo “[...] a primeira articulação nacional de gestores de

³ Em 25 de setembro de 1969, a educação física passa a ser obrigatória em todos os ramos de ensino. Coube a ela, por meio do Decreto nº 705/69, a entrada no Ensino Superior para “[...] colaborar, através de seu caráter lúdico-esportivo, com o esvaziamento de qualquer tentativa de rearticulação política do movimento estudantil” (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 121).

⁴ Itamar Augusto Cautiero Franco foi presidente da República brasileira no período de 1992-1994 e vice-presidente em 1990-1992.

juventude de Governos e Prefeituras focada especificamente na promoção das Políticas Públicas de Juventude, a Organização Brasileira de Juventude” (CONJUVE, 2011, p. 20).

Em 1998, realizou-se o *I Festival Nacional de Juventude* em Brasília, com a presença de cinco mil jovens. O intuito foi elaborar e discutir propostas políticas para o grupo. É no início dos anos 2000 que a sociedade civil e as universidades começam a ter um debate mais profundo sobre juventude, especificamente a Universidade Federal Fluminense – UFF – e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, que compuseram os primeiros Observatórios de Juventude. A Universidade Católica de Brasília, juntamente com a Unesco, inaugura o Observatório de Violência nas Escolas. “É importante ressaltar que a representação da UNESCO no Brasil foi responsável por diversas publicações e pesquisas que serviram e servem de referência para a implantação de políticas públicas de juventude” (CONJUVE, 2011, p. 20).

Em 2002, ocorreu o seminário *Políticas Públicas: Juventude em Pauta*, organizado pela ONG Ação Educativa e a Fundação Friedrich Ebert, que reuniu pesquisadores, gestores de ONG’s e grupos juvenis para debater os exemplos nacionais e internacionais com o fito de levantar questões centrais para a implantação de políticas para a juventude no Brasil. No mesmo ano, organizações e movimentos juvenis foram convocados pela Organização Brasileira de Juventude – OBJ, Unesco e Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro,

[...] e, com base nas experiências das organizações e em consensos internacionais desenvolvidos pela sociedade civil organizada, aprovaram uma carta comum chamada “Agenda Jovem 2002”. O ativismo de vários agentes sociais e o peso eleitoral dos jovens naquela eleição levaram os três principais candidatos à presidência da república a apresentar as propostas específicas para a juventude brasileira em seus planos de governo (CONJUVE, 2011, p. 21).

A questão da juventude ganhou espaço e força na Câmara dos Deputados em 2003. Criou-se a *Comissão Especial de Políticas Públicas para Juventude* (Cejuvent). O documento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), organizado por Castro, Aquino e Andrade (2009) apresenta os acordos e tratados internacionais para a questão da juventude e recorda que o tema foi marcado com avanços no início da década de 1990 no âmbito da ONU e da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ).

A Cejuvent foi instalada com o objetivo de elaborar um Plano Nacional de Políticas Públicas para a Juventude. Em sete de abril de 2003, o deputado Reginaldo Lopes apresentou um requerimento à presidência da Câmara dos Deputados. Essa Comissão foi criada em sete

de maio de 2003 e seus trabalhos foram iniciados no dia 15 de maio, oito dias depois da estruturação de sua comissão (LOPES, 2004), a qual se organizou

[...] em seis grupos de trabalho (GTs): 1) O jovem, o desporto e o lazer; 2) O jovem e o trabalho; 3) O jovem, a educação e a cultura; 4) O jovem e saúde, sexualidade e dependência química; 5) O jovem e a família, cidadania, consciência religiosa, exclusão social e violência; 6) O jovem como minoria: deficiente, negro, mulher, índio, homossexualidade, jovem do semi-árido e jovem rural (LOPES, s/p, 2004).

No mesmo ano, de 23 a 25 de setembro, aconteceu em Brasília (DF) a *Semana Nacional da Juventude*, que contou com a participação de mais de 1000 jovens do Brasil, os quais representavam 121 instituições juvenis. As discussões realizadas durante a Semana serviram como base para a organização do Plano Nacional para a Juventude.

Em quatro de março de 2004, forma-se um grupo interministerial composto por 19 ministérios para pensar programas em nível nacional para a juventude. O grupo interministerial foi coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República e dele criou-se um Projeto de Lei (PL) nº 4.530/2004 que *Aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências*. Esse PL adveio da Cejuvent e da Câmara dos Deputados, que se reuniram durante 2003 e 2004 (nas conferências regionais e semana da juventude) com diferentes atores sociais para elaborar um plano de juventude que sistematizasse as prioridades dos jovens. O plano em sua preparação almejou incorporar os jovens no desenvolvimento do país por meio de uma política nacional de juventude que se voltasse “[...] aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos e familiares” (BRASIL, 2004, p. 4).

O plano expõe que a implantação de políticas públicas para os jovens é dever do Estado e não de governos, contando com o auxílio dos governos, ONG’s e jovens para criar políticas universais. O plano também mostra prioridades para o segmento juvenil, visto que não existiam políticas públicas institucionais com especificidades para lidar com esse grupo. As prioridades foram:

Erradicar o analfabetismo nos próximos cinco anos, participando o Brasil da Década das Nações Unidas para a Alfabetização (2003-2012); Garantir a universalização do ensino médio, público e gratuito; oferecer bolsas de estudo e alternativas de financiamento aos jovens com dificuldades econômicas para o ingresso, manutenção e permanência no ensino superior; incentivar o empreendedorismo juvenil; Ampliar a cobertura dos programas do primeiro emprego; Promover atividades preventivas na área de saúde; criar áreas de lazer e estimular o desporto de participação; Incentivar projetos produzidos por jovens; Garantir a inclusão digital (BRASIL, 2004, p.5).

A 1ª Conferência Nacional da Juventude ocorreu em 15 e 16 de junho de 2004, com propostas e demandas de cada Estado, as quais, por seu turno, foram produzidas nas conferências estaduais que ocorreram no final de 2003 e início de 2004 em 27 capitais para a elaboração do *Plano Nacional e do Estatuto da Juventude*. Mais de 2000 jovens participaram da 1ª conferência para “[...] elaboração de propostas que garantirão os direitos dos jovens e políticas públicas específicas para o seguimento” (LOPES, s/d 2004).

É importante destacar que foi no início da década de 1990 que a temática dos jovens começou a se tornar pública, depois da proclamação do AIJ em 1985, da *Conferência Mundial de Educação para Todos*, 1990, Programa de Ação Mundial para os Jovens até o ano 2000 e anos subsequentes, PAMJ, 1996 e Declaração de Lisboa -DL, em 1998.

Não obstante, o jovem no Brasil entrou para a agenda política de forma institucionalizada a partir de 2003, contando com secretaria e conselho. Em 2005, criou-se uma Proposta de Emenda Constitucional – PEC nº 394/2005 –, a qual pretendeu incluir o termo *jovem* no capítulo VII e artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e teve como responsável o deputado Reginaldo Lopes do PT/MG.

Com toda essa movimentação sobre políticas para os jovens foi promulgada a Lei nº 11.129/2005, a qual institui o Conjuve, criado para propor estratégias de acompanhamento, avaliação e diretrizes, de forma a promover políticas públicas para a juventude no Brasil, bem como a Secretaria Nacional de Juventude, responsável por articular programas e projetos aos jovens e ao Projovem. Para dar conta dessa tarefa, em 2006 o Conjuve cunhou o documento *Política Nacional de Juventude – Diretrizes e Perspectivas* com o escopo de orientar a construção das políticas do grupo social em questão. Esse documento é norteado por nove desafios, a saber:

Ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade, erradicar o analfabetismo, preparar para o mundo do trabalho, gerar trabalho e renda, promover uma vida saudável, democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, a cultura e a tecnologia da informação, promover os direitos humanos e as políticas afirmativas, estimular a cidadania e a participação social e melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais (BRASIL, 2006, p. 8).

Em 2007, cria-se o PL nº 27/2007 referente ao *Estatuto da Juventude*, de interesse do deputado Reginaldo Lopes PT/MG, que orienta regular os direitos assegurados aos sujeitos de 15 a 29 anos na esfera da educação, saúde, trabalho, vida, cidadania, liberdade, igualdade, cultura, desporto e lazer e meio ambiente (BRASIL, 2007).

3.1 Relações Internacionais

O Brasil é membro da OIJ, Organização Ibero-Americana de Juventude que envolve os países da Espanha, Portugal e da América Latina. As conferências na região latino-americana de juventude ocorrem desde 1987 e até o ano de 2010 somaram quinze conferências realizadas em diversos países. A OIJ, com sede em Madri-Espanha, foi criada para a promoção do diálogo e cooperação com apoio técnico e jurídico na questão de juventude na tentativa da melhoria da qualidade de vida dos jovens. Seus membros são Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

A OIJ, fundada em 1996, foi fruto das discussões e declarações da ONU, em especial a Declaração do AIJ de 1985, juntamente com o *Congresso Mundial da Juventude* realizado em Barcelona. Este último permitiu maiores contatos entre os países e o conhecimento da situação desse segmento nos países latino-americanos. O Brasil integrou a organização no ano de 2010.

Muitos estudos como os de Nazzari (2006; 2010), da Unesco (2006), de Baquero e Hammes (2006), de Silveira (2006), de Araújo (s/d) e Werthein (2003), tocam na questão do capital social e empoderamento de jovens. Todos eles acreditam que a participação e a organização da sociedade em grupos colaboram para a cidadania e estoque de capital social, já que os jovens são os próprios responsáveis pelo aumento da sua eficiência.

Nessa perspectiva de protagonismo juvenil e empoderamento, Carvalho (2009) explicita que o protagonismo é um discurso que foi disseminado e adotado pelo país nos programas implantados e cita os jovens como responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade com engajamento em programas sociais. O grupo é associado à potencialidade e a utiliza para “[...] resolver problemas sociais instaurados em redes e estratégias de poder por meio de práticas sociais que sustentam uma hegemonia, conforme uma lógica de governo regida pelo capital” (CARVALHO, 2009, p. 126).

Em relação ao empoderamento, juntamente com o capital social, Carvalho (2009) propala ser uma estratégia neoliberal que vem sendo utilizada nos discursos do combate à pobreza, e de reconhecer no sujeito pobre sua capacidade de lutar contra sua situação de vulnerável, responsabilizando-o pela sua própria condição social, sem passar pela função do Estado.

A 156ª sessão da diretoria executiva da Unesco, em 1999, avaliou as atividades realizadas pela agência para a juventude no período de 1994-1997 e declarou que “A UNESCO foi a primeira agência das Nações Unidas a desenvolver programas de juventude, e é amplamente considerada a principal agência das Nações Unidas para a Juventude” (UNESCO, 1999, p. 1). E tem vindo a dar prioridade nessa temática, por serem os jovens o grupo prioritário na estratégia de médio prazo (1996-2001). A Unesco se autodenomina um laboratório de conhecimento; no Brasil, realizou pesquisas e avaliações sobre o tema juventude, iniciando seus trabalhos nessa temática no ano de 1997, contabilizando desde esse ano até 2010 trinta projetos⁵.

Ao descrever esses argumentos, observa-se que as orientações da ONU/Unesco estão inseridas nas políticas brasileiras para a juventude. São propostas que vêm sendo construídas desde 1965, mas materializadas com maior vigor no Brasil na década de 1990 e 2000. As deliberações da ONU/Unesco objetivam transmitir às camadas da sociedade das nações “periféricas” suas opiniões na tentativa de incorporá-las às políticas sociais para melhorar o quadro social da pobreza, do desemprego, da evasão escolar, analfabetismo, enfermidades e violência. Isto é, promover medidas temporárias às consequências da ordem capitalista.

A literatura sobre juventude demonstra o foco no atendimento às comunidades de risco social, aos jovens vulneráveis, destacando-se uma política focalizada. Os programas

⁵ 1. Abrindo Espaços Bahia: avaliação do programa, 2003; 2. Avaliação das ações de prevenção de DST/AIDS e uso indevido de drogas nas escolas de ensino fundamental e médio em capitais brasileiras, 2001; 3. Cotidiano das escolas: entre violências, 2006; 4. Cultivando vida, desarmando violência, 2001; 5. Drogas nas escolas, 2002; 6. Ensino Médio: múltiplas vozes, 2003; 7. Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas, 2003; 8. Estar no papel: cartas dos jovens do ensino médio, 2005; 9. Fazendo a diferença: Projeto escola aberta para a cidadania no Estado do Rio Grande do Sul, 2006; 10. Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência, e cidadania nas cidades da periferia de Brasília, 2004; 11. Jovens de Curitiba: esperanças e desencantos, juventude, violência e cidadania, 1999; 12. Juventude e juventudes: o que une e o que separa?, 2006; 13. Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília, 1998; 14. Juventudes e sexualidades, 2004; 15. Ligado na galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza, 1999; Mapa da violência: os jovens do Brasil (Edições I, II, III e IV), 1998-2004; 16. Mapa da violência de São Paulo, 2005; 17. Mortes matadas por armas de fogo no Brasil, 1979-2003, 2005; 18. Políticas públicas de/para/com juventudes, 2004; 19. Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade, 2006; 20. Relatório de desenvolvimento juvenil, 2003; 21. Revertendo violências, semeando futuros: avaliação de impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco, 2003; 22. Escolas de Paz, 2003; 23. Vidas poupadas, 2005; 24. Violências nas escolas, 2004; Pesquisas e avaliações em andamento; 25. Saúde e educação: cenários para a cultura de prevenção nas escolas, 2007; 26. Programa Abrindo-Espaços Juazeiro/Bahia; 27. Programa Segundo Tempo; 28. Percepções sobre violência em áreas de atendimento do Programa Saúde da Família; 29. Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da lei n. 10.639/2003. 30. A coleção do PAE conta com sete publicações, sendo uma delas, composta por três volumes, são elas: 1. Série Saber e Fazer: Sistematização do programa, Construindo Saberes, v. 1; Fortalecendo Competências, v. 2; Abrindo Espaços, v. 3. 2. Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz. 3. Dias de Paz. 4. Paz, como se Faz?. 5. Vamos Ubuntar?. 6. Abrindo Espaços: Múltiplos Olhares e 7. Mais Educação, menos violência (Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/unesco-resources-in-brazil/studies-and-evaluations/youth/#c154502>>. Acesso em: 12 mar. 2012).

governamentais criados são medidas de alívio da violência e da pobreza como forma de garantir um mínimo social para que a classe marginalizada tenha condições de sobrevivência. Nesse âmbito, são criados programas que ajudam os pobres, mas são utilizados como instrumentos de poder de quem ajuda sobre os que são beneficiados. Esses programas não discutem as razões da pobreza, e não a considera como consequência de uma ordem contraditória e hegemônica de diferentes classes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atentando para o objetivo proposto neste artigo, o qual foi identificar as causas de criação de políticas de juventude a partir dos anos 2000, constatou-se que a produção literária de políticas sobre jovens elevou-se com a repercussão de publicações da Unesco para esse grupo. Essa ação ocorreu devido aos acordos firmados nas assembleias, conferências, fóruns, encontros e reuniões de cúpula da ONU e da Unesco. Espaços estes que elaboram uma agenda de prioridades e estratégias políticas aos países em desenvolvimento e aos centrais, articulações políticas e econômicas de interesses multilaterais.

Os documentos orientadores produzidos pelo sistema ONU influenciam as políticas sociais de seus países membros, com orientações aos setores de educação, saúde, desenvolvimento social, infância, juventude, entre outros. O nascimento da ONU e suas agências tiveram associados a assegurar a continuidade da acumulação capitalista no segundo Pós-Guerra com a finalidade de auxiliar os países membros a retomar o pleno desenvolvimento do padrão de acumulação capitalista em oposição à crescente ideologia soviética.

Partimos do pressuposto de que as agências multilaterais atuam como força supranacional que repercute sobre os sistemas educativos nacionais, assumindo importante papel na definição de *Agenda globalmente estruturada para a educação* (DALE, 2004). Entretanto, não podemos considerar que a tutela das agências multilaterais a esses países tenha sido imposta externamente.

Observamos que a educação, nos anos finais de 1990 e durante a década de 2000, figurou como uma das principais preocupações do bloco no poder, atribuindo-lhe um valor superestimado na amenização das desigualdades sociais, centralizando as metas e linhas de ação para a América Latina definidas pela Unesco e outras agências da ONU com a intenção

de regular a pobreza, diminuir o analfabetismo, promover a educação para todos e inserir a região no desenvolvimento econômico e social.

No Brasil, a efetivação e a mobilização de uma Política Nacional de Juventude ocorreram a partir dos anos 2000, precisamente em 2004, quando se criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República. O Governo Federal de 2003 a 2010 “entendeu” a necessidade de garantir direitos à juventude para que a democracia fosse consolidada, e foi necessário incluir socialmente os jovens (BRASIL, 2006). É nessa perspectiva que se pautou a implantação de “políticas públicas” para a juventude no Brasil.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, Natália. **Juventudes e inserção profissional**. Lisboa: Educa Unidade de Ciências da Educação, 2008.

ARAÚJO, Angélica Lyra de. **A juventude na construção do capital social**. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/angelica_lyra.pdf>. Acesso em: 27 set. 2011.

BAQUERO, Rute; HAMMES, Lúcio Jorge. Educação de jovens e construção de capital social: Que saberes são necessários? In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Org.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006. p. 141-158.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm#adct>. Acesso em: 5 maio 2012.

BRASIL. Cejuvent. **PL nº 4.530/2004**. Aprova o plano nacional de juventude e dá outras providências. 2004a. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271233>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 11.129/2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens-Projovem; cria o Conselho Nacional de Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, DF: Casa Civil. 2005a.

_____. **Proposta de emenda constitucional/PEC nº 394/2005**. Inclui a expressão jovem na denominação do capítulo VII, e dá nova redação ao art. 227. 2005b. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=284319>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

_____. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília, DF: Secretaria Geral da Presidência da República, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm>. Acesso em: 5 nov. 2011.

BRASIL. Cejuvent. **PL nº 27/2007**. Dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2007c. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichade_tramitacao?idProposicao=339995>. Acesso em: 12 abr. 2012.

CARVALHO, Flávia Xavier de. **Análise da configuração de políticas públicas para a juventude a partir de 1990: evidenciando concepções e estratégias neoliberais**. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papyrus, 1988.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 143-176, jul. 2002a.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma do fazer políticas-públicas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 19-46, jul./dez. 2002b.

CONJUVE. **Reflexões sobre a política nacional de juventude: 2003-2010**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Juventude, 2011. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conferencia/documentos/materiais-de-apoio/reflexoes-sobre-a-politica-nacional-de-juventude>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação? **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

DIEESE. **Anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda**. São Paulo: Juventude, 2010-2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anu/AnuSistPub2010/conteudo/6/livro/downloads/livro6completonovo.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1717&id_pagina=1>. Acesso em: 10 out. 2011.

IBGE. **Dados sobre a juventude**. IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php>. Acesso em: 12 mar. 2012.

LOPES, Reginaldo. **Conferência e Semana nacional de Juventude**. 2004. Disponível em: <http://www.reginaldolopes.com.br/?pagina=integra&cd_noticia=57&secao=JUVENTUDE>. Acesso em: 20 abr. 2012.

NAZZARI, R. Kátia. Capital social, cultura e socialização política: A juventude brasileira. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Org.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006. p. 123-140.

NAZZARI, R. Kátia. Visibilidade e empoderamento dos jovens na política pública brasileira. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 2. Tendências e desafios contemporâneos. Curitiba: UFPR, 2010. p. 3-24. Disponível em: <<http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT08/Rosana%20Katia%20Nazzari%20et%20alli.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2011.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, n. 2, p. 139-165, 1990.

SILVEIRA, Angelita Fialho. O empoderamento e a constituição de capital social entre a juventude. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Org.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006. p. 159-175.

SPOSITO, M. Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n2_4a03.pdf>. Acesso em: 27 set. 2011.

SPOSITO, M. Pontes. **Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1996-2006)**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. v. 2.

UNESCO. **Educação um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão internacional sobre educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 1998.

UNESCO. **Marco estratégico para a UNESCO no Brasil**. Brasília, DF: UNESCO, 2006.

UNESCO . **Avaliação das atividades da UNESCO 1994-1997 para a juventude**. 156 EX/45. Paris: 1999. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001155/115579e.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

UNESCO. **Publicações da UNESCO para a juventude**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/unesco-resources-in-brazil/studies-and-evaluations/youth/#c154502>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

WASELFISZ, J. Jacobo. **Mapa da violência IV: os jovens do Brasil**. Brasília, DF: UNESCO, 2004.

WERTHEIN, Jorge. **Crenças e esperanças**: avanços e desafios da UNESCO no Brasil. Brasília, DF: UNESCO, 2003.